

CONSULTA, SELEÇÃO E EXTRAÇÃO DE INFORMAÇÕES DO CADASTRO ÚNICO (CECAD)

Contexto da criação da ferramenta

Por muitos anos, a gestão das políticas sociais no Brasil foi feita de forma fragmentada, sem articulação entre as diversas necessidades dos indivíduos e das famílias, sem levar em conta as particularidades de cada localidade. Diversos órgãos públicos produziam e utilizavam informações de várias fontes isoladamente, acarretando um atendimento fragmentado e inadequado das necessidades da população de baixa renda.

O Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal¹ representou uma inflexão nesse cenário e preencheu uma lacuna informacional sobre as condições socioeconômicas das famílias pobres de todo o país. Essas informações estão hoje agrupadas em uma única base de dados, cujo acesso subsidia diagnósticos e desenhos de programas sociais federais, estaduais e municipais. Isso é feito levando em conta as reais condições de vida e necessidades da população pobre e extremamente pobre.

Nos últimos anos, os dados do Cadastro Único têm sido utilizados para planejar, focalizar, implementar e monitorar ações e programas sociais, uma vez que com ele a situação de pobreza das famílias pode ser analisada de forma mais completa, agregando informações de renda, características do domicílio, escolaridade, situação no mercado de trabalho etc. O Cadastro Único permite ao município, por exemplo, localizar famílias com domicílios precários para direcioná-las às políticas de habitação, ou identificar adultos com baixo grau de instrução para ofertar cursos de alfabetização ou de qualificação profissional.

Há muitos modos de usar as informações do Cadastro Único. No entanto, até 2012 não era possível gerar relatórios detalhados para os gestores das políticas sociais. Apesar de os municípios alimentarem o sistema do Cadastro Único² com informações das famílias de baixa renda, os dados não eram acessíveis para utilização mais abrangente dos estados, municípios e outros órgãos parceiros do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). Mesmo o uso mais sistemático pelo Governo Federal estava comprometido devido à ausência de um relatório que disponibilizasse as informações de forma customizada e amigável.

Foi nesse contexto que a Secretaria Nacional de Renda de Cidadania (SENARC) do MDS, responsável pela gestão central do Cadastro Único, solicitou à Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (SAGI) a criação de um visualizador de dados do Cadastro Único. Tinha início o desenvolvimento do Consulta, Seleção e Extração de Informações do Cadastro Único (CECAD).

1 O Cadastro Único é um instrumento de identificação e caracterização das famílias brasileiras de baixa renda, entendidas como aquelas com renda familiar mensal de até ½ salário mínimo por pessoa ou 3 salários mínimos de renda total. Em abril de 2015, havia cerca de 27 milhões de famílias inscritas no Cadastro Único, o que corresponde a quase 82 milhões de pessoas cadastradas (dados extraídos do Relatório de Informações Sociais).

2 Implantada em 2011, a versão 7 do sistema do Cadastro Único é totalmente online, permitindo que o município possa realizar, diretamente na base nacional, o cadastramento, as atualizações de dados, as transferências e as exclusões de pessoas/famílias.

O processo de construção da ferramenta³

A equipe do Cadastro Único tinha necessidade de vários tipos de relatórios. No início, optou-se por uma estratégia de desenvolvimento incremental, em que cada funcionalidade desenvolvida era disponibilizada para validação interna e em seguida para a equipe de gestores federais do Cadastro Único.

A equipe que desenvolveu a ferramenta era enxuta: um profissional na SAGI e três na SENARC.

Em menos de um ano, as funcionalidades básicas começaram a ser utilizadas. Assim, nasceu o CECAD, sistema utilizado para acessar dados do Cadastro Único e auxiliar no planejamento e na implementação de ações, programas, planos e políticas sociais em todas as esferas de governo⁴.

No início do desenvolvimento do sistema, a base de dados oficial para o Cadastro Único no MDS era o STAGE⁵, que operava em um Sistema Gerenciador de Banco de Dados DB2 da IBM. Era um ambiente desconhecido para a equipe da SAGI⁶, que precisou alterar seu ambiente de desenvolvimento para aceitar conexão com o DB2.

A partir daí, iniciou-se o levantamento de dados para fazer as programações necessárias ao CECAD, com base nas tabelas disponibilizadas com os formulários do Cadastro Único e nas informações fornecidas pela SENARC. Os gestores testaram cada módulo implementado. Desde então, a SAGI tem feito acompanhamento permanente da utilização das funcionalidades⁷.

A seleção dos campos do Cadastro Único que seriam acessados pelo CECAD demandou tempo e muitas discussões internas. Para dar mais agilidade ao processo, foi criada uma tabela de controle com todos esses campos, para que os gestores do Cadastro Único decidissem quais informações disponibilizar no CECAD. Com essa solução, a qualquer momento era possível inserir ou retirar campos para tabulação, apresentação, seleção, filtros e exportação dos dados do Cadastro Único.

Os dados originais do Cadastro Único não informavam se a família cadastrada era beneficiária do Programa Bolsa Família (PBF), por isso os gestores solicitaram a inclusão de um marcador que indica a participação no programa. O Cadastro já trazia a informação sobre o rendimento da família e a quantidade de pessoas que a compõem. A renda *per capita*, a faixa de renda e a faixa etária foram processadas e incluídas na base de dados do CECAD para ajudar nas tabulações dos usuários.

3 Seção escrita com base em relato de Caio Nakashima e reunião presencial realizada com Caio Nakashima (SAGI) e Katia Vaz (SENARC) em 24 de junho de 2015. Ambos foram os responsáveis pela construção do CECAD.

4 Os usuários têm acesso ao CECAD de diferentes modos. Os gestores municipais e estaduais do Bolsa Família, Cadastro Único e Sistema Único da Assistência Social podem delegar o perfil de acesso aos seus colaboradores; a SENARC fornece o acesso a cada usuário dos órgãos parceiros de programas sociais.

5 O STAGE é um banco de dados criado pela Diretoria de Tecnologia da Informação (DTI) do MDS para armazenar os dados do Cadastro Único.

6 Nessa época, a SAGI não tinha acesso pleno à base de dados do Cadastro Único.

7 A frequência de uso dos módulos implementados é o indicador considerado para a relevância das informações disponibilizadas.

Ao longo do processo, os gestores do Cadastro Único identificaram problemas na base de dados que nunca tinham sido percebidos, pois ela não havia sido explorada sistematicamente.

O CECAD ampliou o escopo de pesquisas, análise e identificação de padrões — como o número de componentes na família e o percentual de famílias monoparentais. O uso dessas novas possibilidades fez que o CECAD ajudasse a qualificar o Cadastro Único, pois a abertura da base permitiu a identificação de erros e lacunas⁸.

Ao final do processo de desenvolvimento da ferramenta foram programados os campos de tabulação, filtros, exportação, rótulo, entre outros. Foi quando o Sistema Gerenciador de Banco de Dados DB2 teve que ser substituído pelo POSTGRES⁹, acarretando uma série de ajustes e novas programações do código para realizar as consultas em outro banco de dados.

Desde o lançamento em 2012, o CECAD recebeu diversas melhorias. Atualmente, tem cerca de 500 mil acessos por mês, totalizando mais de 2 milhões de consultas mensais¹⁰, sendo utilizado por gestores federais, estaduais, municipais, concessionárias de energia elétrica¹¹, pelo Instituto Nacional de Seguridade Social¹², por pesquisadores, entre muitos outros usuários.

As funcionalidades do CECAD

O CECAD permite tabular os dados das famílias cadastradas a partir de uma variável ou por meio do cruzamento de duas variáveis presentes nos diversos blocos dos formulários do Cadastro Único, como renda, escolaridade e características do domicílio. As informações do CECAD são extraídas mensalmente da base do Cadastro Único e da folha de pagamento do Programa Bolsa Família.

O CECAD apresenta cinco níveis de consulta¹³:

1. Tabulador: permite o cruzamento de duas variáveis do Cadastro Único e a aplicação de filtros (por exemplo, as variáveis “famílias quilombolas” e “forma de abastecimento de água” e o filtro “faixa de renda familiar”). Nesse caso, é possível saber quantas famílias quilombolas cadastradas não têm acesso adequado à água, conforme sua faixa de renda¹⁴.

2. Frequência Simples: permite a tabulação de apenas uma variável do Cadastro Único e a aplicação de filtros. Por exemplo, é possível obter o número de pessoas com deficiência em determinado município e aplicar o filtro de renda.

8 Entretanto, se o monitoramento da informação não for permanente, os erros identificados podem voltar a aparecer.

9 O CECAD estava pronto, porém os dados do STAGE não eram mais confiáveis. Por isso, a SENARC disponibilizou um servidor/computador com POSTGRES e a base de dados do Cadastro Único.

10 O tempo médio de visualização de páginas é de 16 minutos e 38 segundos.

11 Para acompanhamento de beneficiários da Tarifa Social de Energia Elétrica.

12 Para concessão da aposentadoria para segurado facultativo de baixa renda, popularmente conhecida como “aposentadoria da dona de casa”.

13 (BRASIL, 2012).

14 Na nova versão do CECAD, é possível saber pelo tabulador e pela frequência simples quantas famílias/pessoas estão na situação pesquisada e quais são essas famílias/pessoas (para os usuários autorizados). Essa funcionalidade facilita a utilização do CECAD por usuários que não são especialistas em tabulação de dados e manipulação de planilhas.

3. **Extrator de Dados:** permite extrair a base de dados do Cadastro Único, com informações de identificação das famílias cadastradas e alguns filtros.

4. **Busca nome/NIS¹⁵:** permite consultar informações da pessoa e de sua família a partir do nome completo, NIS ou CPF¹⁶.

5. **Resumo:** permite gerar dados agregados para municípios, estados, regiões e para o Brasil, desde 2012 até o último dado disponível.

Por conter dados de identificação das pessoas cadastradas, o CECAD não é de livre acesso. Para utilizá-lo, é necessário entrar no Sistema de Gestão do Programa Bolsa Família (SIGPBF) com uma senha pessoal¹⁷. Há três perfis de acesso às informações disponíveis no CECAD:

1. **CECAD Gestor Federal:** é o perfil com acesso mais amplo, permite acessar todas as funcionalidades do CECAD e visualizar as informações de todos os municípios e estados;

2. **CECAD Gestor Estadual:** é o perfil que permite visualizar as informações de um estado específico e municípios de sua área de abrangência;

3. **CECAD Gestor Municipal:** permite visualizar as informações de um município específico.

A SAGI desenvolveu também o aplicativo chamado Tabulador de Informações do Cadastro Único (TabCad)¹⁸. Sem a necessidade de senha, esse aplicativo permite o livre acesso às seguintes funcionalidades: Tabulador, Frequência Simples e Resumo. Só não é possível usar o Extrator de Dados e o Busca NOME/NIS, que dão acesso aos dados identificados das famílias cadastradas¹⁹.

Com exceção do Benefício de Prestação Continuada (BPC)²⁰, todos os programas sociais federais utilizam o Cadastro Único para identificar o público-alvo. Por isso, o CECAD é utilizado por diversos programas para realizar consultas, checar a concessão de benefícios, bem como para fazer cruzamentos de dados.

Esse é o papel do CECAD: disponibilizar os dados do Cadastro Único, subsidiar tecnicamente as equipes de estados, municípios e órgãos parceiros para planejar ações e incluir famílias de baixa renda em programas sociais, contribuindo, assim, para melhorar as condições de vida dos cidadãos brasileiros mais vulneráveis.

15 A consulta por NOME/NIS corresponde a 83% dos acessos ao CECAD. O Número de Identificação Social (NIS) é pessoal e intransferível.

16 O CPF (Cadastro de Pessoas Físicas) é um registro da Receita Federal do Brasil em que qualquer pessoa, independentemente de idade ou nacionalidade, pode se inscrever uma única vez. Cada pessoa é identificada por uma inscrição com 11 números (com dígito verificador).

17 O CECAD pode ser acessado no endereço: www.mds.gov.br/sistemagestaobolsafamilia. O acesso também pode ser feito por meio do Sistema de Autenticação e Autorização da Secretaria Nacional de Assistência Social (<http://www.mds.gov.br/sagi>).

18 O TabCad pode ser acessado no link http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/cecad/sobre_tabcad.php.

19 Os dados identificados das famílias do Cadastro Único são sigilosos, podendo ser utilizados apenas para formulação e gestão de políticas públicas, realização de estudos e pesquisas (BRASIL, 2015).

20 O BPC garante um salário mínimo ao idoso ou à pessoa com deficiência que tenham menos de ¼ de salário mínimo de renda *per capita* mensal.

Referências bibliográficas:

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). **Manual de gestão do Cadastro Único para programas sociais do governo federal**. 2. ed. Brasília: MDS, Secretaria Nacional de Renda e Cidadania, 2012.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Decreto nº 6135**, de 26 de junho de 2007. Dispõe sobre o Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6135.htm>. Acesso em: 15 jul. 2015.